

TEORIA DOS CICLOS POLITICOS: UMA ANÁLISE NOS INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – PR NOS ANOS DE 2013 A 2024

Maria Eduarda Schmidt Tonidande

Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
E-mail: maria.tonidande@gmail.com

Maria Eduarda Weis

Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
E-mail: maria.weis03@gmail.com

André Fernando Hein

Professor do Curso de Ciências Contábeis
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
E-mail: andre.hein@unioeste.br

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo analisar as Despesas de Capital, especificamente os investimentos realizados pelo município de Santa Helena – PR entre 2013 e 2024, a fim de verificar se o comportamento dos gestores públicos é compatível com os pressupostos da Teoria dos Ciclos Políticos. Fundamentada no modelo oportunista, essa teoria propõe que governantes tendem a intensificar os gastos em obras e ações de maior visibilidade pública em períodos eleitorais, buscando influenciar a percepção do eleitorado e, consequentemente, maximizar o apoio político. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e documental, com abordagem quantitativa, voltada à compreensão do comportamento orçamentário municipal ao longo de três ciclos eleitorais. Os dados, que foram obtidos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), referem-se às Despesas de Capital Liquidadas (Grupo 4 – Investimentos) e foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A análise dos investimentos revelou variações compatíveis com a lógica dos ciclos políticos, especialmente nos anos eleitorais, quando se verificaram maiores volumes de gastos em ações de alta visibilidade social. Constatou-se ainda a relevância dos Royalties provenientes da Usina Hidrelétrica de Itaipu como principal fonte de financiamento municipal, responsável por sustentar a maior parte dos investimentos. De modo geral, os resultados indicam que as decisões orçamentárias de Santa Helena são influenciadas pelo calendário eleitoral, sugerindo a adoção de estratégias de natureza oportunista e reafirmando a aplicabilidade da Teoria dos Ciclos Políticos no contexto da gestão pública local.

Palavras-chave: Teoria dos Ciclos Políticos; Investimentos Públicos; Despesa de Capital.

1 INTRODUÇÃO

O gasto público representa a alocação de recursos financeiros pela entidade pública, arrecadados por meio de tributos, para financiar serviços essenciais e investimentos que promovem o bem-estar da sociedade. Essa aplicação de recursos abrange áreas fundamentais como saúde, educação, segurança, habitação e infraestrutura, refletindo as prioridades e responsabilidades do ente público em atender às necessidades da população, para que estas

necessidades sejam atendidas de maneira justa e sustentável (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2024).

A sociedade espera que esses recursos sejam bem investidos, garantindo que todo gasto retorne em benefícios concretos para os cidadãos. Quando o gasto público é aplicado de forma eficiente e transparente, ele não apenas melhora a qualidade dos serviços oferecidos, mas também fortalece a confiança da população nas instituições públicas, promovendo um ambiente de participação e responsabilidade coletiva.

Nesse contexto, os investimentos se destacam como uma aplicação mais vantajosa em comparação aos gastos correntes. Enquanto despesas correntes são necessárias para a manutenção das atividades rotineiras, os investimentos têm o potencial de gerar crescimento sustentável, impulsionar a economia e promover o desenvolvimento a longo prazo. No caso específico dos gastos com investimentos, seu comportamento tende a ser menos imprevisível em comparação com as despesas com pessoal, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não estabelece regras tão rigorosas (NEDUZIAK, 2017). No âmbito municipal, onde os gestores lidam com demandas diretas da população, os investimentos seguem critérios próprios. Alguns pontos estudados pelos governos antes de um investimento são: A vulnerabilidade social, a fragilidade ambiental e os fatores de risco (CAMPANHORI, 2016). Ademais, também são necessários estudos prévios sobre os próprios recursos do município, assim como a realização de um planejamento orçamentário.

O orçamento público é o “instrumento fundamental das finanças públicas” (Xerez, 2013), e é nele que os cálculos são feitos para evitar um déficit orçamentário, (quando as despesas são maiores que as receitas). Ainda conforme Xerez (2013) “Além de estimar a receita e determinar as despesas, o orçamento público passa a ser um instrumento de controle das finanças, avaliando a sua utilização nas tomadas de decisões e assegurando a viabilização de metas e prioridades”.

Nesse sentido, a teoria dos ciclos políticos oferece uma perspectiva interessante sobre a relação entre gastos públicos e eleições. Segundo essa teoria, conforme modelo tradicional oportunista de Nordhaus (1975), os eleitores tendem a ser míopes e possuem memória curta, focando mais nas ações públicas realizadas próximo ao período eleitoral. Dessa forma, os líderes políticos são incentivados a aumentar os gastos públicos nos anos que antecedem as eleições, direcionando recursos para obras e projetos de grande visibilidade. Esses investimentos são mais facilmente lembrados pela população no momento do voto, influenciando a percepção dos eleitores e, conseqüentemente, os resultados nas urnas (NORDHAUS, 1975, apud GOBBI, 2011).

Estudos anteriores sobre os três níveis de governo no Brasil — municipal, estadual e federal — identificam a presença de ciclos políticos oportunistas em diferentes períodos e regiões do país. Ao analisar as variáveis orçamentárias relacionadas aos gastos com investimentos públicos, constatou-se que esses gastos tendem a ser maiores em anos pré-eleitorais e eleitorais. Esses padrões contribuem para uma melhor compreensão da responsabilidade fiscal das gestões em exercício (BARTOLUZZIO; ANJOS, 2020; ORAIR; GOUVÊA; LEAL, 2014; PUCHALE et al., 2020).

Com base nas perspectivas apresentadas, percebe-se que as análises se convergem ao apontar que a busca pela reeleição pode levar os políticos a tomar decisões que priorizam ganhos eleitorais imediatos em detrimento da sustentabilidade econômica a longo prazo. É destacado como a manipulação de gastos públicos e variáveis fiscais são estratégias para satisfazer o eleitorado próximo ao período eleitoral.

Henz e Bruch (2023) destacam que entre os 21 municípios da microrregião de Toledo – Paraná, no período de 2013 a 2022, o município de Santa Helena obteve uma porcentagem maior de gastos com investimentos dentre a média dos tipos de anos, com o percentual de 42,4% no ano eleitoral.

Com base nesse entendimento, surge a questão: As Despesas de Capital no grupo de natureza Investimentos em Santa Helena - Paraná nos últimos 12 anos sugerem um comportamento dos gestores condizente com a Teoria dos Ciclos Políticos? Diante deste questionamento tem-se o seguinte objetivo, analisar os investimentos de Santa Helena – PR nos últimos 12 anos para verificar se o comportamento dos gastos é condizente com a Teoria dos Ciclos Políticos.

Com intuito de direcionar a avaliação do objetivo, é lançada a seguinte hipótese: as despesas de capital, do tipo investimentos, executadas com recursos próprios, efetivamente liquidadas são maiores em anos eleitorais e em anos pré-eleitorais do que em anos pós-eleitorais e não eleitorais.

Analisar essa conjuntura permitirá verificar se houve um aumento significativo nos investimentos públicos próximos aos períodos eleitorais, refletindo uma possível estratégia para influenciar a memória e a percepção dos eleitores. Essa problematização é essencial para compreender se as decisões dos gestores locais foram guiadas por interesses políticos de curto prazo ou se mantiveram um compromisso contínuo com o desenvolvimento sustentável do município.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CICLOS POLÍTICOS ELEITORAIS

A teoria dos ciclos políticos busca compreender os padrões de comportamento adotados por governos e agentes políticos durante os períodos eleitorais. Essa abordagem sugere que, com o objetivo de influenciar no resultado das eleições, os políticos tendem a adotar estratégias econômicas a fim de impactar na votação do eleitorado. (NAKAGUMA, 2006).

O primeiro economista a falar sobre a teoria dos ciclos políticos foi o americano Anthony Downs, em sua obra “Uma Teoria Econômica da Democracia”, de 1957. No livro, o autor analisa governos e partidos que utilizam de conceitos estratégicos para ter um melhor desempenho nas eleições (FIALHO, 1999).

Embora os ciclos políticos se aprofundem na interação entre os políticos e seus eleitores, envolvidos em um sistema democrático, Downs (1957), em vez de focarem na função social, muitos políticos tendem a se voltar a prioridade de interesses pessoais, mesmo que o resultado seja apenas próprio e não para o bem comum.

A Teoria dos Ciclos Políticos é formada por quatro modelos, e se fundamenta nos modelos de oportunismo político e de partidarismo. No Quadro 1, ilustra as divisões e seus referenciais teóricos.

Quadro 1 – Modelos de Ciclos Políticos.

VOTANTES	Hipóteses	PARTIDOS	
		OPORTUNISTAS	IDEOLÓGICOS
	TRADICIONAIS	<i>Teoria Oportunista Tradicional</i> Nordhaus (1975) Lindbeck (1976)	<i>Teoria Partidária Tradicional</i> Hibbs (1977) Frey e Lau (1968)
	RACIONAIS	<i>Teoria Oportunista Racional</i> Rogoff e Sibert (1988) Rogoff (1990)	<i>Teoria Partidária Racional</i> Alesina (1987) Alesina e Sachs (1988)

Fonte: Martins (2002 – Adaptado).

Neste estudo serão abordados os modelos de ciclos políticos oportunistas, que se referem ao comportamento dos políticos que manipulam a economia para maximizar suas chances de reeleição.

O modelo oportunista teve início com Nordhaus (1975), sua estrutura era uma curva de Phillips, que mostra a relação inversa entre inflação e desemprego, onde quanto maior a inflação, menor a taxa de desemprego, e quanto menor a inflação maior a taxa de desemprego. O principal ponto desse modelo é de que os eleitores são “míopes”, de memória curta, sobre as políticas aplicadas. Desse modo, os governantes exploram a relação entre a inflação e o desemprego, com objetivo de influenciar o resultado das eleições, dessa maneira, em anos eleitorais, os políticos tendem a aumentar a oferta da moeda (NAKAGUMA, 2006).

Além disso, o eleitor não tem certeza se o governante é de fato competente ou se está apenas manipulando a economia, por isso, tende a julgar com base nos indicadores mais recentes. Isso acaba favorecendo líderes que aderem a estratégias de curto prazo, mesmo que tais ações não sejam sustentáveis a longo prazo (CORREIA; CASONATTO, 2018).

Após, surgem modelos de ciclos políticos com princípio de racionalidade dos agentes, o qual demonstra que certos políticos utilizam instrumentos da política econômica para superestimular a economia. Rogoff (1990), coloca que esses instrumentos são utilizados em modificações orçamentárias, aumentando o gasto público em itens com mais visibilidade para o eleitor (NAKAGUMA, 2006).

O estudo de Meneguín, Bugarin e Carvalho (2005), propõe a criação de um modelo formal, que o governante sabe que pode influenciar suas chances de reeleição por meio de sua política fiscal, o que incentiva gastos excessivos em anos eleitorais. Os eleitores percebem esse incentivo e, além disso, o próprio governante reconhece o custo futuro desse comportamento, caso seja reeleito.

Para Gonçalves, Funchal e Filho (2017), indicam em seu estudo que, dentro dos ciclos políticos, apenas o ciclo eleitoral (ano pré-eleitoral e eleitoral) tem influência significativa sobre os investimentos em infraestrutura. Apontando que a ideologia política não demonstra impacto relevante nos investimentos, mas ao considerar as variáveis de interesse do modelo oportunista, concluem que o crescimento econômico impulsionado por investimentos públicos em infraestrutura é afetado sim pelo calendário eleitoral.

Em suma, os ciclos políticos são uma ferramenta útil para analisar e expor como decisões governamentais podem ser influenciadas por motivações eleitorais.

2.2 INVESTIMOS PÚBLICOS

A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Para o setor público, o orçamento é um instrumento de planejamento de vital importância, pois a lei orçamentária é quem fixa a despesa pública autorizada para um exercício financeiro. Dessa forma, despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada. Em contraste, o dispêndio extraorçamentário não consta na lei orçamentária anual e compreende saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios (MCASP, 2024).

Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada quanto ao impacto na situação patrimonial líquida em Despesa Orçamentária Efetiva e Despesa Orçamentária Não Efetiva. A Despesa Orçamentária Efetiva reduz a situação líquida patrimonial da entidade no momento de sua realização, enquanto a Despesa Orçamentária Não Efetiva não reduz a situação líquida patrimonial. Em geral, a despesa orçamentária efetiva é despesa corrente, embora despesas correntes possam ser não efetivas (ex: aquisição de materiais para estoque ou

adiantamentos). A despesa não efetiva normalmente é de capital, mas despesas de capital podem ser efetivas (ex: transferências de capital que causam variação patrimonial diminutiva). As categorias econômicas da despesa orçamentária são codificadas como 3 – Despesas Correntes e 4 – Despesas de Capital. Dessa maneira, as Despesas Correntes são todas as que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, enquanto as Despesas de Capital contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital (MCASP, 2024).

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (2024), os investimentos públicos estão classificados na categoria econômica de Despesa de Capital, que contribui diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. O grupo de natureza de despesa Investimentos é caracterizado como despesas orçamentárias com softwares e com planejamento e a execução de obras, bem como aquisição de imóveis, equipamentos e materiais permanentes.

Os investimentos públicos são relações financeiras feitas em prol de uma melhoria na sociedade, podem ser em projetos sociais, melhorias na infraestrutura, aquisição de instrumentos e materiais necessários, entre tantos outros, realizados com os recursos arrecadados pelos governos municipal, estadual ou federal.

A execução da despesa orçamentária segue etapas definidas, o processo começa com o Planejamento, que inclui a Fixação da Despesa, ou seja, o estabelecimento dos limites de gastos nas leis orçamentárias com base nas receitas previstas. Essa fixação é formalizada pela autorização do poder legislativo por meio da lei orçamentária anual ou por créditos adicionais (MCASP, 2024).

Seguindo, a fase de Execução, que compreende três estágios principais: Empenho, Liquidação e Pagamento. O Empenho é o ato que cria a obrigação de pagamento para o Estado, reservando a dotação orçamentária para um fim específico, e é formalizado por uma "Nota de Empenho". Os empenhos podem ser classificados como ordinário (valor fixo, pagamento único), estimativo (valor não predeterminado) ou global (despesas parceladas). A Liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo como base documentos comprobatórios como o contrato, a nota de empenho e os comprovantes de entrega de bens ou serviços. A fase "Em Liquidação" foi introduzida para o registro contábil do fato gerador no patrimônio, separando os empenhos liquidados dos não liquidados e prevenindo a dupla contagem do passivo financeiro. Por fim, o Pagamento é a entrega do numerário ao credor (por cheque, ordem de pagamento ou crédito em conta), e somente pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa (MCASP, 2024).

Uma parte da teoria econômica sugere que a manutenção dos altos investimentos públicos pode contribuir para reduzir flutuações da economia capitalista. Apesar da importância desses investimentos para uma melhora social generalizada, os mesmos não recebem a prioridade que deveriam, sendo os primeiros a terem seus valores subtraídos, seja por cortes de gastos ou excesso de dívidas públicas. (ORAIR; SIQUEIRA, 2018).

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, tendo como objetivo aumentar a familiaridade com o problema, tornando-o mais claro e auxiliando na formulação de hipóteses. Esse tipo de pesquisa busca aprimorar ideias ou gerar novas intuições, com um planejamento flexível que permite considerar diversos aspectos do tema (GIL, 2002). Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa documental, baseada na análise de registros e documentos oficiais.

Os dados foram obtidos do site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), na aba Portal de Informação para Todos, onde foi possível baixar um arquivo por ano da “Execução das Despesas” do município de Santa Helena do período de 2013 a 2024. Foi utilizada uma abordagem quantitativa, com os dados compilados utilizando o Microsoft Power BI.

Filtradas apenas as “Despesas” da prefeitura municipal e utilizando apenas o valor das “Despesas Liquidadas”, filtrando a categoria econômica e grupo de natureza como 4 (Despesas de Capital - Investimentos). Todos os valores liquidados foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) até 31/12/2024.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse capítulo são apresentados os resultados e análises da pesquisa. A Tabela 1 apresenta as despesas liquidadas no grupo Investimentos do município de Santa Helena - PR, entre os anos de 2013 e 2024. O valor é significativo, totalizando R\$ 600.952.619,20.

Tabela 1 – Investimentos realizados entre 2013 e 2024.

Ano	Valor Executado
2013	R\$ 9.679.294,62
2014	R\$ 44.701.411,53
2015	R\$ 24.385.404,88
2016	R\$ 65.043.562,66
2017	R\$ 10.975.777,93
2018	R\$ 26.955.256,10
2019	R\$ 59.243.970,88
2020	R\$ 96.892.198,16
2021	R\$ 48.939.763,60
2022	R\$ 87.247.640,07
2023	R\$ 64.934.628,97
2024	R\$ 61.953.709,80
Total	R\$ 600.952.619,20

FONTE: Elaborado pelas autoras.

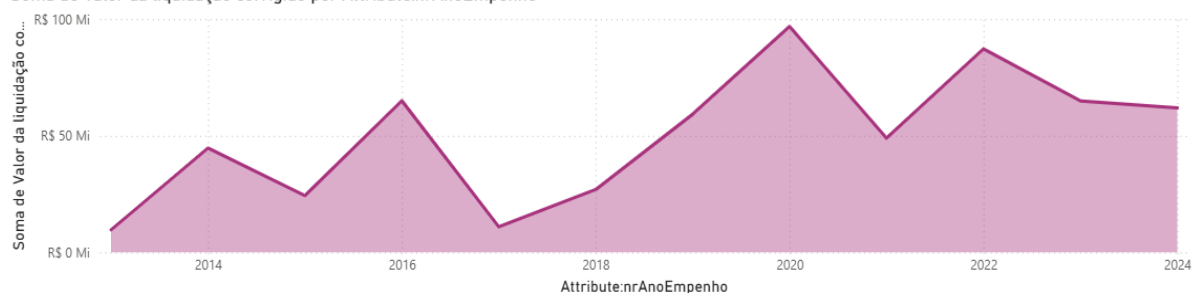
A Teoria dos Ciclos Políticos preconiza que gestores tendem a manipular variáveis fiscais, como os gastos públicos, elevando-os em períodos pré-eleitorais ou eleitorais em obras e projetos de alta visibilidade, buscando maximizar o apoio popular.

Portanto, era de se esperar que os investimentos fossem maiores nos anos de 2016, 2020 e 2024, que foram anos eleitorais.

O Gráfico 1 apresenta os mesmos valores apresentados na Tabela 1, que evidenciam o comportamento da execução dos investimentos ao longo do tempo.

Gráfico 1 – Evolução dos investimentos liquidados.

Soma de Valor da liquidação corrigido por Attribute:nrAnoEmpenho



FONTE: Elaborado pelas autoras.

O ciclo eleitoral que finalizou em 2016, iniciou com o valor baixo em 2013 de R\$ 9.679.294,62. Embora o ano pré-eleitoral de 2015 tenha registrado R\$ 24.385.404,88, o ano eleitoral de 2016 demonstrou um aumento expressivo, atingindo R\$ 65.043.562,66. Em nítido contraste, o ano subsequente, 2017 (pós-eleição), registra uma queda acentuada para R\$ 10.975.777,93. Este padrão – pico no ano eleitoral e retração imediata – é um indicativo clássico do comportamento previsto pela Teoria dos Ciclos Políticos.

O pico máximo de despesa de liquidação em todo o período analisado ocorreu no ano eleitoral de 2020, quando os gastos alcançaram R\$ 96.892.198,16. Este valor superou consideravelmente o ano pré-eleitoral de 2019 (R\$ 59.243.970,88), evidenciando um aumento substancial da aplicação de recursos no ano do pleito. O ano pós-eleitoral de 2021 registrou uma queda para R\$ 48.939.763,60, assim, a concentração de gastos em 2020 indica o incentivo eleitoral.

O ano eleitoral de 2024 se manteve em um volume elevado de investimentos, fechando em R\$ 61.953.709,80. Mas não se destaca como um pico em investimentos.

Além dos ciclos eleitorais municipais, uma análise mais aprofundada dos dados mostra um pico notável de gastos no ano de 2022. Este ano corresponde a um ano de eleição federal, e o valor liquidado alcançou R\$ 87.247.640,07. Este montante representa o segundo maior valor de investimento de todo o período analisado (2013–2024), sendo superado apenas pelo pico municipal de 2020. A alta execução orçamentária em 2022, um ano de grande clima político nacional e estadual, sugere que o comportamento do gasto público no município pode estar influenciado por ciclos eleitorais que transcendem a esfera municipal, ou refletir um alinhamento entre as esferas de governo que liberaram recursos significativos neste período.

Abaixo é apresentada a Tabela 2 que demonstra o montante dos investimentos realizados nos anos de 2013 a 2024, classificados por Desdobramento (categorias definidas pelo município em seu plano de contas).

Considerando que são muitas categorias de desdobramento utilizadas, foram classificadas as principais, que representam 78,54% de todos os investimentos realizados pelo município no período analisado.

Tabela 2 – Montante dos investimentos realizados nos anos de 2013 a 2024.

Desdobramento	Valor Executado
Ruas, logradouros e estradas rurais	R\$ 237.780.961,16
Unidades habitacionais	R\$ 44.523.076,06
Outras Edificações	R\$ 40.657.143,15
Terrenos	R\$ 40.460.894,86
Praças, parques e bosques	R\$ 30.561.249,96
Escolas/colégios	R\$ 27.974.162,15
Outras Obras e Instalações	R\$ 26.053.537,81
Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	R\$ 23.961.777,09
Total	R\$ 471.972.802,22

FONTE: Elaborado pelas autoras.

Percebe-se que os principais investimentos foram com “Ruas, logradouros e estradas rurais”, seguido por “Unidades habitacionais” e “Outras edificações”. Deste ponto em diante a análise será apresentada apenas com estas categorias de desdobramentos principais.

Com o intuito de identificar padrões de execuções de investimentos, e evitar distorções em função de valores acumulados, optou-se por analisar cada uma das categorias, como apresentada a seguir.

4.1 RUAS, ESTRADAS E LOGRADOUROS

O Gráfico 2 apresenta a evolução dos valores liquidados com investimentos no desdobramento de Ruas, estradas e logradouros entre 2013 e 2024. Esse investimento foi o que teve mais representatividade percentual, tendo 39,57% do total de investimentos realizados no período, totalizando R\$ 237,78 milhões, o que reforça sua importância na agenda pública.

Gráfico 2 – Evolução dos investimentos com ruas estradas e logradouros.



FONTE: Elaborado pelas autoras.

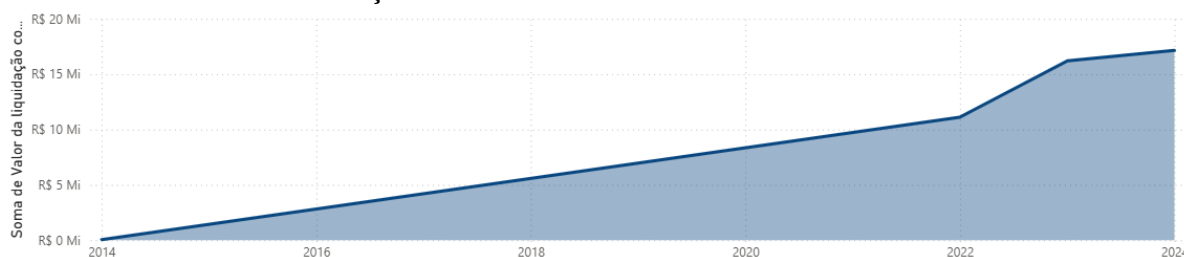
De acordo com a Teoria dos Ciclos Políticos, observa-se uma variação nos anos eleitorais 2016 e 2020, o que está em conformidade com a lógica proposta pela abordagem teórica, é comum que os gestores políticos foquem e aumentem os gastos em períodos que antecedem as eleições, especialmente nessas áreas de grande visibilidade.

Nos demais anos, observa-se uma variação nos valores liquidados, mas que não seguem, necessariamente, o padrão previsto pela teoria. Essas oscilações podem estar ligadas a vários fatores, como limitações de orçamento, trocas na gestão, mudanças de prioridade ou até situações econômicas do momento, cujo estudo não teve objetivo de analisar.

4.2 UNIDADES HABITACIONAIS

Os dados referentes aos investimentos em “Unidades Habitacionais” entre 2014 e 2024 (2013 não houve investimentos nesta categoria), com 7,41% do total, revelam que os investimentos foram apenas nos anos de 2014, 2022, 2023 e 2024. O valor total investido nesse segmento foi de R\$ 44,23 milhões, indicando um avanço gradual, ainda que sem picos abruptos. A Teoria dos Ciclos Políticos ajuda a interpretar este comportamento, especialmente quando é observado que a habitação é uma demanda recorrente entre os eleitores.

Gráfico 3 – Evolução dos investimentos com Unidades Habitacionais.



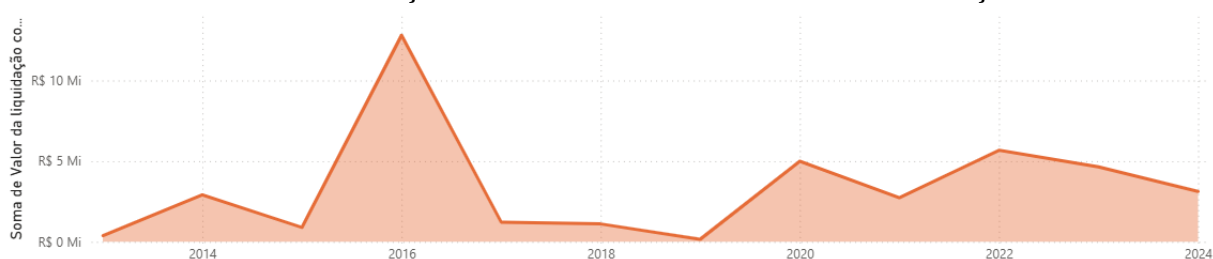
FONTE: Elaborado pelas autoras.

Os anos de eleições municipais, 2016 e 2020, não apresentaram esse tipo de investimento. No entanto, nos anos de 2023 e 2024, ocorreram os maiores investimentos nesta categoria, indicando aumento nos investimentos ao longo do período analisado, com pico no ano eleitoral de 2024.

4.3 OUTRAS EDIFICAÇÕES

Os investimentos executados referentes a “Outras edificações” entre 2014 e 2024 (em 2013 não houve investimentos nesta categoria) representaram 6,77% do total analisado, somando aproximadamente R\$ 40,66 milhões no período. Esses dados revelam padrões que se alinham com a Teoria dos Ciclos Políticos. O ano de 2016 destaca-se com um pico expressivo de valor liquidado, que ultrapassa R\$ 12 milhões. Esse aumento coincide com as eleições municipais, momento em que as obras de infraestrutura ganham visibilidade local e podem servir como vitrine política.

Gráfico 4 - Evolução dos investimentos com Outras Edificações.



FONTE: Elaborado pelas autoras.

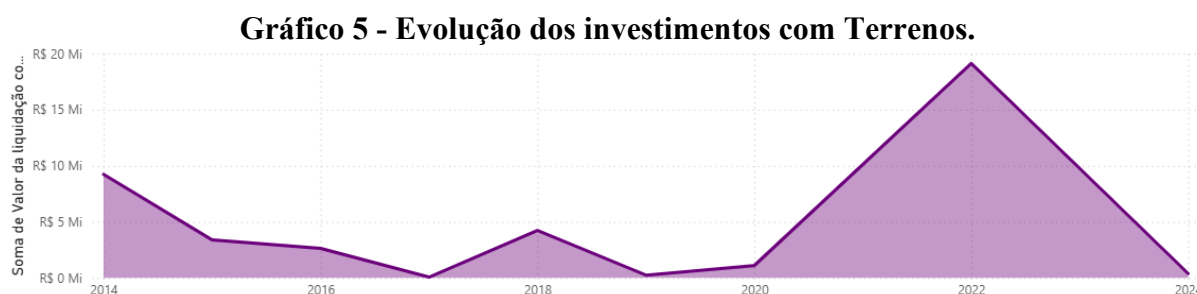
Segundo estudos, há um aumento médio de 9% de gastos com investimentos em anos eleitorais nos municípios brasileiros, especialmente em processos de reeleição (CRISPIM, 2021).

Em 2020, também ano de eleições municipais, observa-se um aumento nos investimentos, ainda que menos expressivo que o pico registrado em 2016. Esse crescimento, reforça a tendência maior de gastos próximo às eleições, alinhando à ideia de que obras públicas funcionam como instrumento de visibilidade política em busca da reeleição e fortalecimento eleitoral.

Nos demais anos, os valores liquidados apresentam níveis inferiores, indicando uma diminuição nos gastos fora do período eleitoral. Esse comportamento condiz com a teoria que prevê uma concentração de gastos em anos eleitorais, evidenciando o caráter oportunista das decisões orçamentárias municipais.

4.4 TERRENOS

Os investimentos em “Terrenos” entre 2014 e 2024 (2013 não houve investimentos nesta categoria) representaram 6,73% dentro de todos os desdobramentos analisados, totalizando aproximadamente R\$ 40,46 milhões no período. Esses investimentos apresentam um padrão marcado por picos significativos nos anos de 2014, 2018 e 2022. Esses anos coincidem com períodos de eleições federais, o que indica que esses aportes podem ter sido usados como forma de ganhar visibilidade e fortalecer o apoio entre os eleitores, encaixando-se na lógica da Teoria dos Ciclos Políticos.



FONTE: Elaborado pelas autoras.

Nos demais anos, os valores liquidados foram relativamente baixos, o que sugere que os investimentos em terrenos ocorrem de forma pontual e estratégica. A queda em 2024, ano de eleição municipal, reforça a ideia e que esse tipo de investimento não segue o calendário eleitoral.

4.5 PRAÇAS, PARQUES E BOSQUES

O Gráfico 6 apresenta a evolução dos valores liquidados, com investimentos no desdobramento de Praças, parques e bosques entre os anos de 2015 e 2024 (2013 e 2014 não houve investimentos nesta categoria). Este investimento, ao longo do período analisado, teve uma representatividade de 5,09% dentro de todos os desdobramentos citados, totalizando um valor de R\$ 30,56 milhões.



FONTE: Elaborado pelas autoras.

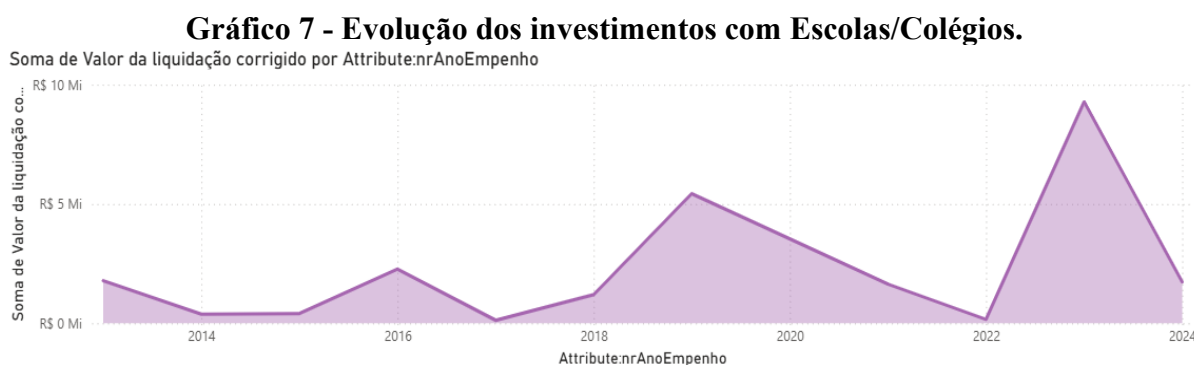
De acordo com a Teoria dos Ciclos Políticos, observa-se uma variação nos anos eleitorais. O ano pré-eleitoral de 2015 teve o valor da liquidação em R\$ 1.450.983,88, sendo

este valor maior que o registrado no ano eleitoral subsequente, 2016 com R\$ 149.857,15. Contudo, nos anos eleitorais seguintes, pode-se perceber que ocorreram os maiores investimentos, como em 2020, no valor de R\$ 6.647.646,16, e no ano de 2024, com o valor de R\$ 7.820.409,24.

Nos demais anos, observa-se uma variação nos valores liquidados, mas que não seguem, necessariamente, o padrão previsto pela teoria.

4.6 ESCOLAS/COLÉGIOS

O Gráfico 7 apresenta a evolução dos valores liquidados com investimentos no desdobramento de Escolas/Colégios no período compreendido entre 2013 e 2024. Este segmento de investimento representou 4,65% do total de todos os desdobramentos citados, somando um montante de R\$ 27,97 milhões ao longo do intervalo analisado. O ano inicial do período, 2013, registrou uma liquidação de R\$ 1.787.620,25.



FONTE: Elaborado pelas autoras.

Este segmento apresentou seus picos de maiores valores de liquidação em períodos que se alinham à lógica da abordagem teórica, a qual sugere que é comum que os gestores políticos foquem e aumentem os gastos em períodos que antecedem às eleições, especialmente em áreas de grande visibilidade. Os picos foram registrados nos anos de 2016, 2019 e 2023, com os respectivos valores de R\$ 2.267.911,88, R\$ 5.436.429,01 e R\$ 9.281.403,39. Pode-se perceber que estes picos ocorrem em anos eleitorais ou pré-eleitorais municipais, aderentes à Teoria dos Ciclos Políticos.

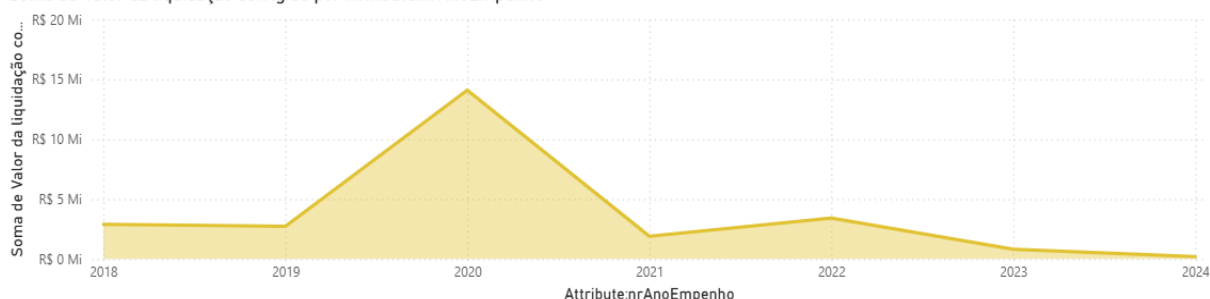
4.7 OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES

O Gráfico 8 apresenta a evolução dos valores liquidados, com investimentos no desdobramento de Outras obras e instalações entre 2018 e 2024 (2013 a 2017 não houve investimentos nesta categoria). Este segmento teve uma representatividade de 4,34% dentro de todos os desdobramentos citados, totalizando um valor de R\$ 26,05 milhões no período. O investimento no ano de 2018 iniciou com R\$ 2.894.495,58 de liquidação.

De acordo com a Teoria dos Ciclos Políticos, observa-se uma variação no ano eleitoral de 2020, que se destaca com o maior valor de liquidação em investimentos para este segmento, atingindo R\$ 14.101.395,20. A ocorrência do pico de gastos em um ano eleitoral está, em princípio, em conformidade com a lógica da teoria.

Gráfico 8 – Evolução dos investimentos com outras obras e instalações.

Soma de Valor da liquidação corrigido por Attribute:nºAnoEmpenho



FONTE: Elaborado pelas autoras.

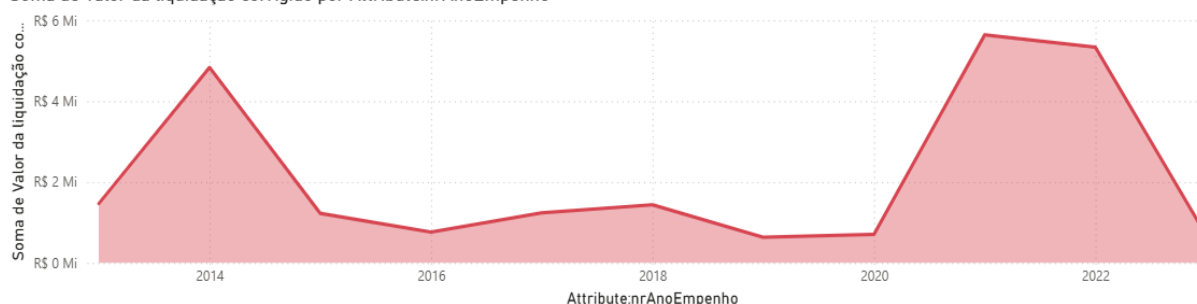
Contudo, nos anos subsequentes mostra uma oscilação. Nos anos seguintes, o valor da liquidação diminui, chegando no próximo ano eleitoral, 2024, com um valor reduzido de R\$ 185.749,42. Essa queda acentuada para o ano eleitoral de 2024 sugere que a área de "Outras obras e instalações" não seguiu o padrão de aumento esperado.

4.8 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS

O Gráfico 9 apresenta a evolução dos valores liquidados com investimentos no desdobramento de Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários no período compreendido entre 2013 e 2023 (2024 não houve investimentos nesta categoria). Este segmento representou 3,99% do total dos desdobramentos citados, somando um montante de R\$ 23,96 milhões ao longo do intervalo analisado.

Gráfico 9 - Evolução dos investimentos com Máquinas e Equipamentos agrícolas e rodoviários.

Soma de Valor da liquidação corrigido por Attribute:nºAnoEmpenho



FONTE: Elaborado pelas autoras.

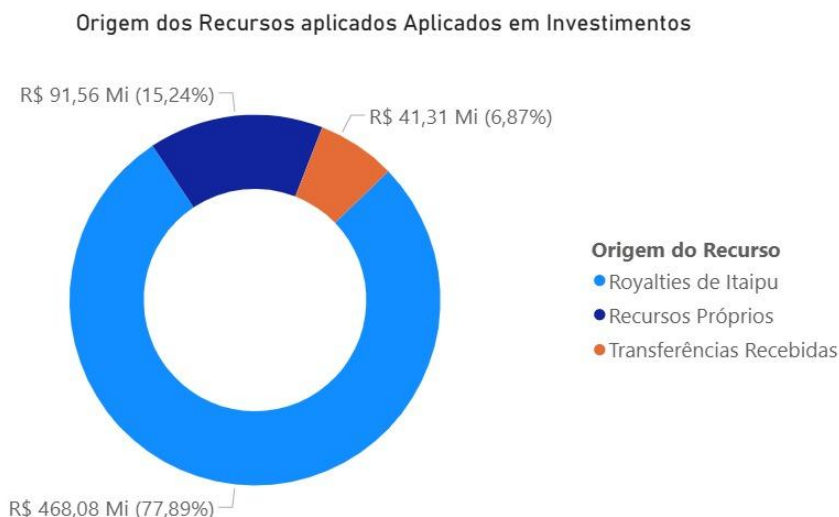
Neste desdobramento, notou-se que os anos de eleições municipais não apresentaram os maiores valores de liquidação. Contudo, pode-se perceber que os anos de eleição federal tiveram os maiores valores apresentados no gráfico, ou em períodos pré-eleitorais. Os picos de liquidação ocorreram nos anos de 2021 e 2022, com os valores de R\$ 5.643.560,68 e R\$ 5.334.242,34, respectivamente. A ocorrência de altos investimentos próximos a ciclos eleitorais federais corrobora, em parte, com a lógica proposta pela abordagem teórica dos ciclos políticos, a qual sugere que é comum que os gestores políticos foquem e aumentem os gastos em períodos que antecedem às eleições.

Nos demais anos, observa-se uma variação nos valores liquidados que não segue, necessariamente, o padrão previsto pela teoria.

4.9 FONTE DOS RECURSOS

A análise da distribuição da soma do valor da liquidação em investimentos do município de Santa Helena no período de 2013 a 2024, segmentada por origem de recurso, é fundamental para compreender a estrutura de financiamento e a autonomia de investimento da gestão municipal. O Gráfico 10 demonstra claramente que o investimento municipal é fortemente concentrado em uma única fonte de receita.

Gráfico 10 – Valor da liquidação pela origem do recurso.



FONTE: Elaborado pelas autoras.

Os Royalties de Itaipu são a principal fonte de financiamento dos investimentos em Santa Helena. Esta rubrica totaliza R\$ 468,08 milhões, o que corresponde a 77,89% do valor total liquidado.

A dependência desta receita não tributária indica que a capacidade de investimento do município está ligada à distribuição da compensação financeira pela utilização do potencial hidráulico. Tal concentração sugere que qualquer variação ou instabilidade nesta fonte teria um impacto direto na agenda de desenvolvimento e na execução orçamentária das despesas de capital do município, no entanto, não há previsão que cesse esta fonte de recurso.

Em segundo lugar na composição dos investimentos, encontram-se os Recursos Próprios do município. Esta categoria, que engloba as receitas tributárias e patrimoniais diretamente arrecadadas pela administração local, totaliza R\$ 91,56 milhões. Embora este montante represente a capacidade de autofinanciamento do município, sua participação é de apenas 15,24% do total de investimentos.

A categoria de Transferências Recebidas detém a menor participação no total dos investimentos. Com um valor de R\$ 41,31 milhões, as transferências correspondem a apenas 6,87%. Este dado sugere que, no que tange aos investimentos, as transferências voluntárias e as vinculadas provenientes da União e do Estado possuem um peso reduzido no montante total.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como foco analisar as Despesas de Capital do município de Santa Helena – PR, com ênfase nos investimentos realizados entre os anos de 2013 e 2024. A principal intenção foi verificar se o comportamento dos gestores municipais acompanha os pressupostos

da Teoria dos Ciclos Políticos, que sugere maior volume de gastos em períodos eleitorais. Os dados levantados apontam que, de fato, há uma tendência de intensificação dos investimentos em anos de eleição, o que reforça a validade da teoria.

Essa tendência ficou evidente nos anos de 2016 e 2020, quando os gastos aumentaram significativamente. No entanto, o ano de 2024 fugiu desse padrão, não apresentando o mesmo comportamento. Para entender melhor essas variações, o estudo separou as principais categorias de investimento responsáveis por quase 80% do total analisado, permitindo uma leitura mais detalhada dos dados.

A análise de três ciclos eleitorais municipais permitiu identificar que, em parte, essa teoria se aplica e explica o que de fato ocorre na gestão pública local, através da evidência de padrões que se alinham à lógica da abordagem teórica.

O investimento em "Ruas, logradouros e estradas rurais" foi o mais representativo, e de grande visibilidade, apresentou uma variação nos anos eleitorais de 2016 e 2020, o que está em conformidade com a lógica da Teoria dos Ciclos Políticos. O pico máximo de despesa de liquidação em todo o período analisado ocorreu no ano eleitoral de 2020, e o ano pós-eleitoral de 2021 registrou uma queda acentuada, evidenciando o incentivo eleitoral e um padrão clássico da teoria.

Em relação a "Outras edificações", os dados também revelam padrões que se alinham com a teoria. O ano de 2016 destaca-se com um pico expressivo de valor liquidado, coincidindo com as eleições municipais, um momento em que as obras de infraestrutura ganham visibilidade local. Em 2020, outro ano eleitoral, também houve aumento, reforçando a tendência de maior gasto próximo às eleições. Nos demais anos, os valores liquidados foram inferiores, indicando uma diminuição nos gastos fora do período eleitoral, o que condiz com a teoria que prevê a concentração de gastos em anos eleitorais, evidenciando o caráter oportunista das decisões orçamentárias.

Por outro lado, alguns desdobramentos não seguiram o padrão municipal de forma rígida, apesar de se encaixarem em um contexto mais amplo de ciclos políticos. Os investimentos em "Unidades habitacionais" não apresentaram picos isolados nos anos de eleições municipais de 2016 e 2020. Em vez disso, essa categoria fez parte de uma trajetória de crescimento gradual e consistente ao longo do tempo analisado, intensificando-se nos anos seguintes.

Já a categoria "Terrenos" apresentou um padrão marcado por picos significativos nos anos de 2014, 2018 e 2022. Como o ano de 2022 é um ano de eleição federal, e não municipal, o pico principal não condiz diretamente com o calendário eleitoral municipal. A baixa liquidação em 2024, um ano de eleição municipal, reforça que este tipo de investimento não segue tão rigidamente o calendário eleitoral municipal.

Finalmente, o desdobramento "Praças, parques e bosques" mostrou variações nos anos eleitorais. Embora o ano pré-eleitoral de 2015 tenha superado o ano eleitoral de 2016, nos anos eleitorais subsequentes, foram registrados os maiores investimentos, como em 2020 e 2024, alinhando-se, portanto, com a lógica da Teoria dos Ciclos Políticos. A análise de outras áreas, como "Escolas/Colégios", também confirmou a lógica da teoria, pois seus picos ocorreram em anos eleitorais ou pré-eleitorais municipais.

Os dados coletados e analisados indicam que, em grande parte seguem os pressupostos da Teoria dos Ciclos Políticos, com maior concentração de gastos em anos eleitorais, especialmente em áreas de alta visibilidade. Embora algumas categorias tenham apresentado padrões distintos, o conjunto das evidências reforça a influência do calendário eleitoral sobre as decisões orçamentárias, revelando uma gestão marcada por estratégias oportunistas e alinhadas à lógica política.

REFERÊNCIAS

- ANDIARA, Campanhoni. Implementação da Política Federal de Habitação para Assentamentos Precários: Gestão Municipal e os Entraves na Execução das Intervenções. **Revista do Serviço Público - RSP**, v. 67, n. 2, [S. l.], p. 227-248, 1 abr. 2016. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/105>. Acesso em: 13 maio 2025.
- BARTOLUZZIO, Alann Inaldo Silva de Sá; ANJOS, Luiz Carlos Marques dos. Ciclos Políticos e Gestão Fiscal nos Municípios Brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, v. 24, n. 2, art. 4, pp. 167-180, 2020. Disponível em: Web. Acesso em: 18 mar 2025.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. 11º ed. Brasília, 2024. Disponível em: <https://cnm.org.br/storage/noticias/2024/Links/MCASP%20%2011%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2025.
- CORREIA, Edson Guilherme; CASONATO, Lucas. Ciclos políticos econômicos oportunistas ou partidários? uma aproximação empírica para os municípios brasileiros entre 2000 e 2012. **Economia & Região**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 7–22, 2018. DOI: 10.5433/2317-627X.2018v6n1p7. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/29218>. Acesso em: 25 mai. 2025.
- CORREIA, F. M.; NEDUZIAK, L. C. R. Impacto dos Gastos em Investimento na Dívida dos Estados Brasileiros: Uma Análise Threshold. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 193–209, 2017. Disponível em: <https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/210>. Acesso em: 30 mai. 2025.
- CRISPIM, Gilberto; FLACH, Leonardo; ALBERTON, Luiz; FERREIRA, Celma Duque. *Political Budget Cycle: Na Analysis of Brazilian Municipalities. Advances in Scientific and Applied Accounting*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 106–123 / 124, 2021. DOI: 10.14392/asaa.2021140104. Disponível em: <https://asaa.anpcont.org.br/asaa/article/view/570>. Acesso em: 5 oct. 2025.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOBBI, Simone Garcia. **Teoria dos Ciclos Político-Econômicos**: Um Estudo de São Paulo e Minas Gerais. Orientador: Dr. Cláudio César de Paiva. 2011. 67 p. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) - Unesp, Araraquara - SP, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/119267>. Acesso em: 8 fev. 2025.
- GONÇALVES, Luciano Gomes; FUNCHAL, Bruno; FILHO, João Eudes Bezerra. A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 51(4):462-481, jul. - ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/HyjTmc6mwpT7P9RNxt7ryky/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 mar. 2025.
- HENZ, Alana Vanessa; BRUCH, Milene. **Estudo da sazonalidade de investimentos nos ciclos políticos eleitorais na microrregião de Toledo-PR**. Marechal Cândido Rondon, 2023.

425KB. TCC (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2023.

MARTINS, R. C. **As Teorias de Ciclos Políticos e o Caso Português**. Grupo de Estudos Monetários e Financeiros (GEMF), Disponível em: http://www.fe.uc.pt/gemf/estudos/pdf/2002/gemf02_05.pdf. Acesso em: 09 mar. 2025.

MENEGUIN, Fernando; BUGARIN, Mauricio; CARVALHO, Alexandre Xavier. **O Que Leva um Governante à Reeleição?** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Brasília, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/dd5bc4b2-2bb9-414f-b66d-ea0560703f70>. Acesso em: 01 mar. 2025.

NAKAGUMA, Marcos Yamada. **Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro**. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-23082007-105409/publico/TeseMarcosYNakaguma.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2025.

ORAIR, Rodrigo Octávio; GOUVÊA, Raphael Rocha; LEAL, Ésio Moreira. **Ciclos Políticos Eleitorais e Investimentos das Administrações Públicas no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2014). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/f21d8132-b052-4c85-ab90-b05806b85d32>. Acesso em: 18 mar 2025.

ORAIR, Rodrigo Octávio; SIQUEIRA, Fernando de Faria. Investimento público no Brasil e suas relações com ciclo econômico e regime fiscal. **Ciclos Políticos**, [s. l.], p. 939-969, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/RfVnK5Ssxq77xNNVyfTgvZM/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2025.

PUCHALE, Caroline Lucion; PEREIRA, Ohanna Larissa Fraga; VELOSO, Gilberto Oliveira, FEISTEL, Paulo Ricardo. A Influência De Ciclos Político-econômicos Em Despesas Socioeconômicas Dos Estados Brasileiros De 2003 a 2014. **Revista Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 19 - Nº 44 - Jan./Abr. de 2020. Disponível em: Web. Acesso em: 18 mar 2025.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Controladoria Geral da União. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-da-despesa>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SIQUEIRA, Fernando Faria de. **Ciclo Político: Uma Revisão Literária**. Informações FIPE, São Paulo, p. 57-66, abril 2016. DOI ISSN: 1678-6335. Disponível em: <https://www.fipe.org.br/ptbr/publicacoes/bif/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

XEREZ, Sebastião. A Evolução do Orçamento Público e seus Instrumentos de Planejamento. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXIII, Nº. 000043, 01/11/2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/evolucao-do-orcamento-publico-e-seus-instrumentos-de-planejamento>. Acesso em: 13 mai. 2025.